

TRIBUNAL DE C

e-DOC C17149C9

Protocolo:

Proc 00600-00000439/2020-16-e

1/2020

e-Doc: 766C88CD

27/10/2020 09:18:54

www.tc.df.gov.br/consultas





OFÍCIO BRB SERVIÇOS Nº 055/2020

Brasília - DF, 20 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor

Inácio Magalhães Filho

Conselheiro Relator dos autos nº 00600-00000439/2020-16-e

Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, Zona Cívico-Administrativa

CEP: 70.075-901

Brasília, DF

Assunto: **Ofício n 9041/2020 – GP, de 1 de outubro de 2020.**

Excelentíssimo Sr. Conselheiro Relator,

1. A BRB Serviços S.A., vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção ao Ofício em epígrafe, cumprindo a determinação contida no item VI da r. Decisão nº 4226/2020, apresentar suas considerações a respeito do contrato nº 063/2020 – SES/DF, que trata da contratação emergencial da BRB Serviços S.A. para a prestação dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, aduzindo o seguinte:

HISTÓRICO

2. Inicialmente cabe destacar que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em decorrência da pandemia de COVID 19, com o intuito de eliminar filas nas farmácias de alto custo do DF, formadas, em geral,

BRB Serviços S/A

CNPJ 12.875.569/0001-80

Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF



por pessoas acometidas de comorbidades que as classificam como grupo de risco, foi ao mercado de forma emergencial, em busca de contratar empresa especializada para execução dos serviços mencionados, por meio do Ofício SES/SUAG/DAESPGEAQ nº 60/20, acompanhado do Projeto básico SES/SUAG/CEIC (documento SEI/GDF – 37293085).

3. Na oportunidade, diante da urgência verificada, foi concedido o curtíssimo prazo para análise do Projeto Básico, precificação, elaboração e envio de proposta de apenas 02 (dois) dias.

4. Dessa forma, diante do exíguo prazo concedido, o mapeamento das atividades e a precificação dos serviços se deram única e exclusivamente de acordo com o descrito e detalhado no Projeto Básico, que, além de fazer parte integrante do Contrato, conforme determina a legislação, tratou das particularidades e dos níveis de serviços exigidos, bem como estabeleceu as regras para elaboração de proposta, participação no processo de contratação, regras contratuais, etc.

5. Nesse sentido, norteadas e pautadas no Projeto Básico, produzido pela SES/DF, a BRB Serviços mapeou as atividades a serem executadas e elaborou proposta de serviços para contratação do tipo Preço Global (quando se contrata a execução do serviço por preço certo e total), de item único, conforme detalhado no item 5 do Projeto básico SES/SUAG/CEIC (documento SEI/GDF – 37293085), para execução de serviços que, sagrando-se vencedora, deveria iniciar de forma imediata, conforme definido no item 21.1.1 do Projeto Básico.

6. Finalizado o prazo para envio de propostas, a BRB Serviços foi comunicada pela SES que sua proposta sagrou-se vencedora na consulta pública realizada, o que motivaria a formalização de contrato emergencial, nos termos do Projeto Básico, para a execução dos serviços requeridos.



7. O processo de contratação foi concluído no dia 02 de abril de 2020 (quinta-feira) no fim do dia e, no dia 03 de abril de 2020 pela manhã, ou seja, menos de 12 horas após a assinatura do contrato, dada a urgência, natureza dos serviços e exigência do instrumento convocatório, a BRB Serviços executou procedimentos e ações para início das atividades. Naquele mesmo dia, foram efetuados agendamentos e entregas de medicamentos no domicílio dos usuários da farmácia de alto custo do DF, de forma experimental.

8. Mesmo diante de todas as adversidades e celeridade do processo de contratação, a BRB Serviços, considerando a importância do projeto, não poupou esforços e dedicou toda sua força de trabalho para atender à demanda de análise e de precificação dentro do curtíssimo prazo concedido, além de implantar em tempo recorde a operação nos moldes definidos, com a agilidade que o caso requeria.

9. Superadas as dificuldades de implantação de toda a estrutura necessária para o atendimento da demanda, a Companhia conseguiu imprimir excelência na execução dos serviços, que foram extremamente elogiados pelos usuários e pela população do DF.

10. Transcorridos os 06 (seis) meses de vigência do contrato, entre provocações formais da Secretária de Estado de Saúde do DF quanto ao interesse na continuidade da execução dos serviços em decorrência da permanência da condição imposta pela pandemia de COVID 19, a BRB Serviços foi surpreendida com expediente que tramitava desde 07 de abril de 2020, ou seja, apenas 04 (quatro) dias após a assinatura do contrato, que buscava a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação.

11. Ou seja, enquanto a BRB Serviços envidava seus melhores esforços para implantar serviços de extrema importância para a saúde dos usuários das farmácias de alto custo do DF, além das dificuldades internas enfrentadas,



tramitava, sem seu conhecimento, representação que questionava entre outros pontos, se o objeto social da Companhia atendia o escopo da contratação. Questão que foi facilmente superada em resposta apresentada pela própria SES/DF quando demonstrou que a contratação foi amparada pela previsão do Art. 4º, incisos IV (telesserviços) e VI (sistemas tecnológicos e logísticos de transportes) do Estatuto Social da BRB Serviços.

12. Posto isso, a BRB Serviços vem pelo presente, expor, esclarecer e demonstrar sua boa-fé durante todo o processo de contratação e de execução dos serviços para a qual foi contratada.

PRELIMINARMENTE

13. Inicialmente cabe ressaltar que, conforme mencionado, a BRB Serviços apenas tomou conhecimento da existência do Processo nº 00600-00000439/2020-16-e, em 02/10/2020, por meio de expediente da Secretaria Executiva do Banco de Brasília – BRB, que encaminhou o Ofício nº 9041/2020-GP, em referência à Decisão 4226/2020, do Conselheiro Relator Inácio Magalhães filho.

14. Desde então, na busca por conhecer os fatos elencados nos autos supracitados, a BRB Serviços deparou-se com diversas decisões que lhe imputavam prazos para manifestação, além de registros quanto sua suposta omissão, sem, contudo, ter sido intimada ou notificada por esse C. Tribunal de Contas.

15. Diante disso, a BRB Serviços vem perante Vossas Excelências, apresentar suas primeiras considerações a respeito dos apontamentos constantes da representação nº 12/2020 – CF, do D. Ministério Público de Contas e da Informação nº 70/2020 – DIASP3, da Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, em atenção às determinações



contidas o item VI, da r. Decisão nº 4226/2020 e no Despacho Singular nº 207/2020 – GCIM.

DA FORMAÇÃO DE PREÇOS DA BRB SERVIÇOS

16. Conforme mencionado, após provocação da SES/DF em que foi concedido exíguo prazo para análise do Projeto Básico, precificação, elaboração e envio de propostas, a BRB Serviços pautou-se exclusivamente nas regras contidas no Projeto Básico para delinear todo o escopo de sua proposta de preços.

17. O tempo exíguo concedido impossibilitou pesquisas aprofundadas sobre as especificidades da contratação, legislações pertinentes e demais regras envolvidas. Ou seja, para elaboração da proposta de preços a BRB Serviços pautou-se única e exclusivamente ao Projeto Básico, em homenagem ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, norteador de toda contratação pública, que impõe à Administração e à empresa contratada a observância das normas estabelecidas no Edital e no Projeto Básico de forma objetiva.

18. Assim, considerando as regras impostas, a BRB Serviços dimensionou estrutura de central de atendimento (callcenter) para atendimento/realização de chamadas, com volume médio de 2.750 ligações/dia (item 6.6.2), além da contratação de mão-de-obra para atividades relacionadas à separação, embalagem e transporte de medicamentos para mais de 15 mil entregas/mês, até o limite de 33 mil entregas/mês.

19. Ressalta-se que, após criteriosa análise do Projeto Básico, restou claro que a intenção da SES/DF ao estabelecer as regras contratuais, foi no sentido de que a contratação se daria com objeto único, por **preço global**. Nesse sentido, o objeto não seria fracionado ou individualizado por entrega ou atendimento. A precificação e a disponibilização de toda a estrutura que



envolvesse a execução dos serviços, deveria ser pautada por item único, conforme estabeleceu o item 5 do Projeto Básico.

20. Diante de tal constatação, independentemente de haver confirmação da demanda prevista, a BRB Serviços elaborou sua proposta com dedicação de estrutura de callcenter com capacidade de atendimento do máximo de ligações previsto, bem como calculou a quantidade de mão-de-obra e dimensionou a logística para entrega dos medicamentos da mesma forma, para atender as quantidades máximas previstas no instrumento convocatório. Tais previsões se concretizaram ao final do processo de contratação, quando a Companhia sagrou-se vencedora e passou a executar os serviços.

21. No mesmo sentido, corroborando do mesmo entendimento em relação ao ato convocatório e ao Projeto Básico que apontaram as diretrizes para a elaboração das propostas, posicionou-se o Ministério Público de Contas no Parecer 0842/2020-G2P, especificamente em seu parágrafo 38 quando ressalta que: **“o DOD não demonstrou os cálculos efetuados para a fixação dos quantitativos de entregas em domicílio por mês e de ligações diárias para os usuários, uma vez que se limitou a indicar o número total de pacientes cadastrados no CEAF, sem fornecer o quantitativo de entregas efetuadas mensalmente.”**

22. Nesse mesmo sentido é o teor do § 4º, artigo 7º, da Lei nº 8.666/93, “in verbis”:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.



(...)

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

23. Com base nesse entendimento e no princípio de vinculação ao instrumento convocatório, foram elaboradas a planilha de preços e a proposta da BRB Serviços.

DA LIMITAÇÃO SOBRE OS ENCARGOS SOCIAIS E BDI

24. Inicialmente, cabe destacar que a BRB serviços é uma empresa do conglomerado BRB, que preza por seus colaboradores e busca lhes oferecer boas condições de trabalho, bons benefícios e dignidade nas relações laborais. Ademais, possui Acordo Coletivo de Trabalho - ACT firmado com o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal - SINTTEL-DF, o qual garante a seus empregados uma série de direitos e benefícios.

25. Não obstante, o fato do referido contrato ser emergencial, com prazo de 180 dias, faz com que a possibilidade de aumento na rotatividade de colaboradores aumente bastante. A limitação de vigência do contrato de trabalho faz com que os colaboradores lotados nesses serviços busquem outras colocações. Esse aumento de “turnover” faz com o custo com rescisões e admissões seja extremamente oneroso.

26. Além disso, os objetivos sociais preponderantes da BRB Serviços, lhe impõem um alto grau de Fator Acidentário de Prevenção – FAP e de Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (cf. documentos anexos), os quais incidem sobremaneira nos custos e alíquotas pagas sobre tais rubricas, além de,



indiretamente, afetar os custos com afastamentos, reposição de colaboradores, etc.

27. Dessa forma, no momento da precificação foram considerados além dos impostos ordinários, depósitos fundiários e demais garantias constitucionais; os benefícios previstos em ACT, os (altos) índices referentes às alíquotas de FAP e RAT, custos com reposição de colaboradores agravados pela alta na rotatividade em decorrência da natureza do contrato de trabalho, o que, somados superaram o percentual limite de 72,91%, apontado pela Informação nº 70/2020 – DIASP3, para gastos com encargos sociais e trabalhistas.

28. No mesmo sentido, a Informação nº 70/2020 – DIASP3 aponta excesso na planilha de preços elaborada pela BRB Serviços sob o argumento de que foi apresentado BDI superior ao permitido pelo TCDF. Destaca que a planilha de preços elaborada apresenta BDI de 55,12% e que o limite estabelecido por esse Tribunal é de 30%.

29. O texto aponta ainda, erro no cálculo apresentado pela BRB Serviços, que informou margem de lucro de 17%, quando o valor correspondia a 19,83%. Nesse sentido, vale destacar que a BRB Serviços reconhece que houve um erro no cálculo de sua margem de lucro, e que, desde já, requer que seja considerado para todos os efeitos o cálculo demonstrado nos itens 75 e 76 da Informação 70/2020 - DIASP3. Valendo ressaltar que provavelmente esse erro foi ocasionado pelo exíguo tempo conferido à elaboração de proposta.

30. Dessa forma, considera-se a partir de então a margem de lucro de 17% e, conseqüentemente, o BDI recalculado de 51,45%, perfazendo um valor global mensal de R\$ 1.760.009,48 (um milhão setecentos e sessenta mil e nove reais e quarenta e oito centavos).



31 . Ocorre que, independentemente do erro demonstrado e reconhecido pela BRB Serviços neste ato, o percentual de BDI praticado encontra-se maior do que o limite estabelecido pelo TCDF, qual seja, 30%.

32. Ou seja, pela análise dos autos, foi imputado à BRB Serviços inobservância aos limites de encargos sociais e BDI, além do erro no cálculo na margem de lucro informada, o qual foi reconhecido nesta ocasião.

33. Contudo, após exame criterioso no Projeto Básico utilizado para a contratação dos referidos serviços, ficou evidenciado que o mesmo não traz qualquer previsão quanto à limites para encargos sociais e/ou BDI às empresas proponentes e, como dito anteriormente, não foi possibilitado prazo para que as empresas interessadas realizassem pesquisas minuciosas para tomar ciências de tais limitações. Na verdade, a BRB Serviços utilizou-se da máxima de que o instrumento convocatório, conforme determina a legislação, traria todas as regras para a contratação e para a execução dos serviços pretendidos.

34. O Projeto Básico até menciona e, de certa forma, regulamenta o modo que as empresas proponentes devem se posicionar em relação do BDI. O item 15.11 leciona que:

15.11. As empresas proponentes deverão apresentar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) na planilha de formação de preços, utilizando os percentuais correspondentes ao regime de tributação ao qual optou.

35. A BRB Serviços opta pelo regime de tributação pelo “lucro real”. Ocorre que não há na legislação vigente a limitação de 30% no BDI para empresas optantes desse regime de tributação. Ou seja, a SES/DF ao abordar o tema deixou de informar limitação à qual estava submetida.

36. Em análise mais aprofundada dos autos, verificou-se que a limitação dos percentuais referentes ao BDI, encontra-se firmado no contexto da decisão



nº 544/2010, proferida nos autos do processo nº 3.769/04, cujo objeto tratava de Auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, tendo por fim examinar contratos de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, no período de 1994 a 2006.

37. Da referida decisão depreende-se os seguintes apontamentos, constantes dos itens IV e V (d) (2):

IV. determinar à Secretaria de Planejamento e Gestão que, no prazo de 90 dias, elabore normativo tendente a disciplinar os limites de encargos sociais e de BDI a serem utilizados nas planilhas de custos e formação de preços dos contratos de prestação de serviço de natureza contínua, observando, para tanto, os parâmetros utilizados nos autos;

V. determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública Distrital que:

(...)

(d) por ocasião da elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, em especial os relativos à vigilância:

(...)

(2) adotem os parâmetros constantes dos estudos apresentados no Achado 6 do Relatório de Auditoria tratado nos autos, em especial, o montante aproximado de 70,64% para encargos sociais e de 30% para BDI, ressaltando que valores divergentes deverão ser



devidamente justificados e comprovados nos respectivos autos, por meio de documentos pertinentes.

38. Nesse contexto, verifica-se que a limitação aos percentuais de encargos sociais e de BDI mencionados, estipulados pela jurisprudência desse C. Tribunal, trata de limites aproximados, assim como também prevê a possibilidade de valores divergentes aos referidos limites, desde que, devidamente justificados e comprovados nos autos.

39. Cabe ressaltar ainda que a BRB Serviços, após intimada da presente demanda, realizou pesquisa sem encontrar qualquer normativo da Secretaria de Economia do DF, disciplinando os limites de encargos sociais e de BDI a serem utilizados nas planilhas de custos e formação de preços dos contratos de prestação de serviço de natureza contínua.

40. Portanto, deve ser esclarecido que o descumprimento por parte da Secretaria em não divulgar normativo tratando da questão conforme decidido, combinado à ausência de informação no ato convocatório, Projeto Básico e/ou contrato, exime a BRB Serviços de qualquer culpa ou dolo na inobservância de tais regras.

41. Obviamente que se qualquer dos documentos mencionados remetesse à tais limites, os mesmos seriam observados e considerados nos cálculos apresentados. Eventualmente, pelos motivos expostos, acredita-se que até inviabilizaria a participação da BRB Serviços no processo de contratação.

42. Ademais, data máxima vênia, o desconhecimento pela BRB Serviços de regramento que não foi definido por Lei, mas por jurisprudência dessa e. corte, combinado com o descumprimento por parte de secretaria de governo em não editar o normativo pertinente, disciplinando e dando publicidade aos limites impostos, somados a ausência de previsão por parte do Projeto Básico e ou qualquer outro documentos existente no processo de contratação, não



pode imputar à contratada penalização por extrapolar os limites em sua proposta de preços.

43. Novamente, faz-se necessário invocar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois, caso tais limites fossem previstos no referido documento, a BRB Serviços ou qualquer outra empresa não poderia alegar desconhecimento de regra imposta, mas não por Lei.

44. No mesmo sentido, o artigo 41 da Lei 8.666/93 é bem claro no que tange a obrigatoriedade da Administração pública em observar e cumprir os termos do edital.

45. Após a publicação da licitação (no caso envio da solicitação de proposta e do Projeto Básico) e publicidade das regras estabelecidas, o ato convocatório passa a reger todo o procedimento de contratação, ou seja, tanto a Administração quanto as partes ficam adstritas às condições previstas.

46. Marçal Justen Filho, ao comentar o artigo 41, corrobora com esse entendimento, senão vejamos:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais



como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido. Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. Esse princípio foi expressamente consagrado no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666.” (Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Marçal Justen Filho. 13. Ed. São Paulo: Dialética, 2009. Página 543).

47. Mais adiante, continua Marçal:

“Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os



critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.

48. No mesmo sentido posiciona-se o Superior Tribunal de Justiça – STJ:

“Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se ‘estritamente’ a ele”. (REsp nº 421.946/DF, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, j. em 07.02.2006, DJ de 06.03.2006).”

49. Portanto, é cristalino a obrigação da Administração Pública, bem como dos interessados, em observar e seguir à risca os termos do edital, uma vez que todos ficam vinculados ao mesmo como se fosse lei entre as partes, não cabendo a inclusão de regras extra editalícias posteriormente. Foi o que pautou a participação da BRB Serviços no processo de contratação e, posteriormente, durante a execução dos serviços.

DA SUBCONTRATAÇÃO

50. Constam nos autos questionamentos sobre a subcontratação realizada pela BRB Serviços para realização da logística de entregas de medicamentos em domicílio, por haver divergência entre a autorização no Projeto Básico e no Contrato firmado.

51. O Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC (37293085) tratou da subcontratação em seu item 3, que definiu que a contratada poderia subcontratar seu objeto. Vejamos:

3. SUBCONTRATAÇÃO



3.1. A contratada poderá subcontratar o objeto desse Projeto Básico, conforme estabelecido nos termos do Art. 72, da Lei 8.666/93:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.3. A LICITANTE, caso opte pela subcontratação, deverá indicar, na fase de habilitação, as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem subcontratados com a respectiva porcentagem, responsabilizando-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

3.4. A SUBCONTRATADA deverá possuir todas as autorizações necessárias à execução dos serviços contratados.

52. Além disso, em 23 de julho de 2020, para sanar a divergência entre os documentos, foi firmado termo aditivo ao contrato, tornando nulo o item XXVII da Cláusula Décima Primeira que vedava a subcontratação de funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, corrigindo o erro material identificado, restando inquestionável a legalidade da subcontratação ocorrida.



CONCLUSÃO

53. Por todo o exposto, ficou evidenciado a boa-fé objetiva da BRB Serviços na relação contratual em comento, desde o momento de análise do instrumento convocatório até a conclusão da execução dos serviços.

54. Dessa forma, requer-se que seja reconhecida a obrigatoriedade de vinculação ao instrumento convocatório para ao final ser reconhecida a legalidade das margens relativas à encargos sociais e BDI, dadas as especificidades da prestação dos serviços e natureza do contrato e por não haver previsão no Projeto Básico ou em qualquer outro documento enviado no ato da divulgação da oportunidade e, conseqüentemente, o reconhecimento da obrigação de pagamento mensal pelos serviços prestados no valor global avençado, deduzidos apenas o erro material sobre o cálculo na margem de lucro (de 19,83% para 17%) o qual a BRB Serviços reconhece no presente nos itens 29 e 30, perfazendo um valor global mensal de R\$ 1.760.009,48 (um milhão setecentos e sessenta mil e nove reais e quarenta e oito centavos).

55. Termos em que pede e espera deferimento.

GUSTAVO VARELA
Assinado de forma digital por
GUSTAVO VARELA
Gustavo Varela
Consultor Jurídico

RICARDO JOSE DUARTE
Assinado de forma digital
por RICARDO JOSE DUARTE
RODRIGUES:97010766134
Dados: 2020.10.26 17:15:19
-03'00'
Ricardo José Rodrigues
Diretoria de Controladoria,
Administração e Finanças

MARIO FERREIRA NETO:01014105811
Assinado de forma digital por
MARIO FERREIRA
NETO:01014105811
Dados: 2020.10.26 17:30:38 -03'00'
Mário Ferreira Neto
Diretor Presidente


JULIANA GONCALVES NAVARRO:01939082986
Assinado de forma digital por JULIANA
GONCALVES NAVARRO:01939082986
Dados: 2020.10.26 17:19:54 -03'00'
Juliana Gonçalves Navarro
Diretora Operacional

Zimbra**protocolo@tc.df.gov.br**

Resposta ao Ofício nº 9041/2020-GP do TCDF

De : //SEGER - Demandas Externas
<demanda@brb.com.br>

seg, 26 de out de 2020 19:06

 1 anexo

Assunto : Resposta ao Ofício nº 9041/2020-GP do TCDF

Para : 'protocolo' <protocolo@tc.df.gov.br>

Cc : #Gerente GEGOC <ggegoc@brb.com.br>, //SEGER
- Demandas Externas <demanda@brb.com.br>

Senhores,

Em resposta ao Ofício 9041/2020-GP, encaminhamos, anexo, o Ofício BRB Serviços nº 055/2020, de 20 de outubro de 2020, para fins de protocolo junto a esse Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Esclarecemos que o envio via e-mail decorre da impossibilidade de remessa via Barramento SEI por i) o processo inicial (Processo SEI 00600-00007288/2020-27) estar bloqueado e ii) o processo relacionado (Processo SEI 00041-00002058/2020-72) não apresentar a opção de encaminhamento via Barramento.

À disposição, solicitando orientações de como proceder em demandas futuras semelhantes.

Atenciosamente,

Denise Maria V. F. Nascimento

Analista Sênior

BRB - Banco de Brasília S.A.

PRESI/SEGER/GEGOC - Ger. de Governança Corporativa

Fone: 3409-4026

E-mail: denise.nascimento@brb.com.br

O conteúdo dessa mensagem é confidencial, destina-se estritamente à(s) pessoa(s) acima referida(s) e é legalmente protegido. A retransmissão, divulgação, cópia ou outro uso desta comunicação por pessoas ou entidades, que não sejam o(s) destinatário(s), constitui obtenção de dados por meio ilícito e configura ofensa ao Art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal. Caso esta mensagem tenha sido recebida por engano, por favor, inutilize-a e, se possível, avise ao remetente por e-mail.



PRT 1023-2020 11 Ofício BRB Serviços - 055-2020.pdf

1 MB
